



- () LICITAÇÃO
() PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/20 ____
() CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/20 ____
(X) CONTRATAÇÃO DIRETA

**CONTRATO Nº
064/2024 QUE
ENTRE SI
CELEBRAM O
ESTADO DA
BAHIA, POR
INTERMÉDIO
DA
PROCURADORIA
GERAL DO
ESTADO E A
EMPRESA
GRÁFICA DA
BAHIA, PARA
OS FINS QUE
NELE SE
DECLARAM.**

O **ESTADO DA BAHIA**, neste ato representado pela **DRA. BÁRBARA CAMARDELLI LOI**, titular da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, CNPJ nº 04.139.403/0001-77, situada na 3ª Avenida, 370, CAB, CEP: 41.745-005, Salvador/Bahia autorizada pelo Decreto de delegação de competência publicado no D.O.E. de 04/01/2023, doravante denominado CONTRATANTE, e a **EMPRESA GRÁFICA DA – EGBA**, CNPJ nº 15.257.819/0001-06, I.E. nº. 00.949.396-NO, I.M. nº 0444562/001-63, situada na Rua Melo Moraes Filho, 189, Fazenda Grande do Retiro, nesta Capital, neste ato respondendo cumulativamente o Gerente Administrativo pela Diretoria Geral, **SR. ROBSON SANTOS DE ARAÚJO**, RG nº 652973698, CPF nº 942.051.595-87 de acordo com o Decreto publicado no DOE em 23 de março de 2022 e respondendo cumulativamente o Assistente pela Diretoria Técnica, **SR. ANDRÉ MARTER PRIMO**, RG nº 0745366996, CPF nº 007.678.735-48, nomeado através de Decreto publicado em 21 de outubro de 2023, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de Contratação direta (dispensa) nº086/2024, processo administrativo nº 006.7548.2024.0050154-85, que se regerá Lei Estadual nº 14.634, de 28 de novembro de 2023, pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços especializados e continuados de Gestão Documental/Digitalização de documentos, contemplando os serviços de coleta, indexação, guarda com fornecimento de caixa, consulta, reposição e digitalização de documentos para a Procuradoria Geral do Estado da Bahia, nas condições estabelecidas no Termo de Referência (art. 92, inciso I da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

1.2 Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição (art. 92, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) Termo de Referência;
- b) Proposta da Contratada;
- c) ato que autorizou a contratação direta;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, a contar da data de assinatura do contrato, observado o artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratada, previstas neste instrumento (art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 As regras de execução e de gestão do contrato constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato (art. 92, incisos IV, VII e XVIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

3.2 Fica indicado como gestora deste Contrato a servidora: **Jucilene Meneses do Sacramento Bispo, matrícula: 06569916-5.**

3.3 Fica(m) indicado(s) como fiscal(is) deste Contrato o(s) servidor(es): **Fabiana Priscila Senna Ferreira, matrícula: 06492693-3.**

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (art. 122, §2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação, não se responsabilizando o Contratante por nenhum compromisso assumido pela Contratada com terceiros.

4.3 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto (art. 122, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.3.1 A Contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratada, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente (art. 122, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.4 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.5 Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

4.5.1 A Contratada deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de extinção do contrato, assegurando-lhe, para fins de regularização, o prazo de cinco dias úteis, prorrogável por até igual período.

4.5.2 Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas (art. 48, §2º da Lei Complementar 123, de 2006).

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. Estima-se para o Contrato o valor global de **R\$ 3.154.378,68 (três milhões, cento e cinquenta e quatro mil trezentos e setenta e oito reais e sessenta e oito centavos)**, conforme valores abaixo especificados:

ITEM 1 – IMPLEMENTAÇÃO SOG – SEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO E GUARDA					
Descrição	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Anual	
Coleta de Documentos	Caixa Padrão	9.480	R\$ 3,82	R\$ 36.213,60	
Indexação	Caixa Padrão	9.480	R\$ 1,66	R\$ 15.736,80	
TOTAL				R\$ 51.950,40	

ITEM 2 – MANUTENÇÃO SOG – SEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO E GUARDA					
Descrição	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
Guarda c/fornecimento	Caixa Padrão	9.480	R\$ 3,90	R\$ 36.972,00	R\$ 443.664,00
Guarda	Caixa Padrão	6.520	R\$ 3,25	R\$ 21.190,00	R\$ 254.280,00
Guarda	Caixa Box	5.186	R\$ 0,75	R\$ 3.889,50	R\$ 46.674,00
Consulta	Caixa Padrão/Box	3.000	R\$ 10,00	R\$ 30.000,00	R\$ 360.000,00
TOTAL					R\$ 1.104.618,00

ITEM 3 – DIGITALIZAÇÃO SOG – SEÇÃO DE MICROFILMAGEM E DIGITALIZAÇÃO					
---	--	--	--	--	--

Descrição	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Anual
Digitalização Até A3	Imagem	6.300.000	R\$ 0,28	R\$ 1.764.000,00
Licença de Software	Licença	1	R\$ 5.369,99	R\$ 64.439,88
Manutenção de Software	Visita	1	R\$ 2.870,40	R\$ 2.870,40
Remontagem	Processo	18.000	R\$ 9,25	R\$ 166.500,00
TOTAL				R\$ 1.997.810,28
TOTAL DOS SERVIÇOS				R\$ 3.154.378,68

5.2. Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações.

5.3 O valor do Contrato referido nesta Cláusula é meramente estimativo, dependendo os pagamentos devidos à Contratada dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento à Contratada e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui anexo deste Contrato (art. 92, incisos V e VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA SÉTIMA – MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

Reajustamento em sentido estrito

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado data do orçamento estimado (art. 92, inciso V e §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.2 Após o interregno de 1 (um) ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços (INPC).

7.2.1 Na hipótese de não reajustamento dos preços pelo Contratante, o requerimento de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão.

7.3 Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7 O reajustamento será realizado por apostilamento, na forma do art. 136, inciso I da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Outras causas de reequilíbrio econômico-financeiro

7.8 O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

7.8.1 O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses do art. 124, inciso II, “d”, ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.8.2 Na hipótese de contratos de serviços contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do [art. 107](#) da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão (art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.8.2.1 Fica convencionado que, nos casos de contrato de serviços contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá observar a disposição do subitem 7.8.1.

7.9. O Contratante, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa,

responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.10 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante pode deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 O Contratante, além das determinações contidas no instrumento convocatório, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Contrato e seus anexos;
- b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) intimar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- c) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- d) comunicar-se com a Contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) relativamente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- e) efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- f) aplicar à Contratada as sanções previstas em lei e neste Contrato;
- g) explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato apresentadas pela Contratada, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, no prazo definido no subitem 8.1.1;
- h) responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pelo Contratada no prazo definido no subitem 7.9;
- i) intimar os emitentes das garantias relativamente ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, §4º da Lei nº 14.133, de 2021).

8.1.1 O Contratante, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do(s) requerimento(s) relacionado à execução do presente Contrato, decidirá sobre todas as solicitações e reclamações apresentadas pela Contratada, admitida a prorrogação motivada do prazo, por igual período (art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações decorrentes de lei e aquelas a seguir dispostas:

- a) designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução do Contrato, servindo de interlocutor e canal de comunicação entre as partes;
- b) atender às determinações regulares emitidas pelo Contratante e prestar o(s) esclarecimento(s) ou informação(ões) por ele solicitado(s) ([art. 137, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#));
- c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Contratante, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- d) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- e) não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro de Fornecedores, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada; 4) certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g) manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

- h) prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;
- i) executar os serviços sem solução de continuidade durante todo o prazo da vigência do contrato e comunicar ao Contratante qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do Contrato;
- j) paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- k) promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- l) conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- m) submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência;
- n) cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei, observado o disposto no art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- o) atender às seguintes obrigações concernentes à aprendizagem: [[art. 116, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#) c/c Lei Federal nº 13.459/15 e Decreto nº 16.761/15]:
- 1) observar a determinação do art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT) e respectiva regulamentação;
 - 2) recrutar, preferencialmente, para a contratação de aprendizes determinada pelo art. 429 da CLT, os estudantes indicados no §2º do art. 38 da Lei estadual nº 14.395, de 2021, no percentual mínimo de 10% (dez por cento) do quadro de aprendizes da Contratada;
 - 3) apresentar ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado do início efetivo da execução do serviço, a lista completa dos aprendizes, indicando aqueles selecionados no banco de dados de que trata a Lei estadual nº 14.395, de 2021, devendo justificar, perante o Contratante, a eventual impossibilidade de seu cumprimento.
- p) comprovar a reserva de cargos a que se refere o subitem acima, no prazo fixado pelo Contratante, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#));
- q) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- r) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, inciso II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- s) observar a legislação federal, estadual e municipal, relativa ao objeto do Contrato;
- t) alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- u) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- v) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do Contrato;
- w) efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do presente Contrato;
- y) emitir nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total;
- z) providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no site www.comprasnet.ba.gov.br ou outro que venha a substituí-lo, para a prática de atos através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI;
- aa) realizar os serviços de manutenção e assistência técnica conforme prescrições do Termo de Referência;
- bb) prover as instalações, aparelhamento e pessoal técnico exigidos na licitação;
- cc) alocar durante todo o período de execução do objeto profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica e a equipe técnica mínima exigida no instrumento convocatório, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo Contratante;
- dd) ressarcir o Contratante pelos danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados.

9.2 Além das determinações acima descritas, a Contratada deverá:

a) atender às obrigações de que tratam os Anexos deste Contrato;

b) manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato (art. 118 da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

9.2.1 A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, hipótese em que a empresa designará outro profissional para o exercício da atividade.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

10.1 As disposições sobre a garantia da contratação estão disciplinadas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Constituem infrações administrativas para os fins deste Contrato, as condutas constantes do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.2. Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações constantes do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, as sanções previstas no art. 156 da mesma norma, observado os arts. 48 e 49 da Lei Federal nº 14.634, de 2023 e a disciplina constante do Regulamento do Estado da Bahia.

11.3. No que concerne à multa, será observado o que se segue:

11.3.1 Multa compensatória:

a) No caso de descumprimento total da obrigação principal, será aplicada multa compensatória no percentual de 5% (cinco por cento) incidente sobre o valor global do contrato.

b) Caso o cumprimento da obrigação principal, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicada multa compensatória no percentual de 5% (cinco por cento) incidente sobre o saldo do contrato, isto é, sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do serviço já realizado.

c) No caso de descumprimento da obrigação acessória, será aplicada multa compensatória no percentual de 5% (cinco por cento) incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou da estimativa arbitrada do seu custo.

d) No caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo de contrato, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou, quando for o caso, em assinar a ata de registro de preços, ou praticar condutas a elas equiparadas, será aplicada multa compensatória no percentual de 5% (cinco por cento) incidente sobre o valor correspondente ao objeto adjudicado ou, quando for o caso, da estimativa da contratação.

11.3.1.1 Considera-se acessória, para os fins deste Contrato, a obrigação contratual de natureza instrumental, secundária ou meramente formal.

11.3.1.2 O inadimplemento de obrigação acessória que retarde, comprometa ou impeça a execução da obrigação principal será considerado descumprimento da obrigação principal, sujeitando-se às cominações legais respectivas.

11.3.2 Multa moratória:

a) O atraso injustificado na execução do Contrato ensejará a aplicação de multa moratória no percentual de 1% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou da estimativa arbitrada do seu custo, observado o percentual máximo total de 30% (trinta por cento).

b) O atraso injustificado do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição de garantia contratual ensejará a aplicação de multa moratória no percentual de 1% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor global do contrato.

11.3.2.1 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.3.2.2 Na hipótese do subitem anterior, se o cálculo da multa moratória atingir o patamar correspondente ao valor máximo da multa compensatória, o recebimento do objeto deverá ser recusado, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas em lei.

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, observado o disposto na Lei Estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011 (art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei e no Regulamento do Estado da Bahia ([art. 159](#) da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e §3º, do art. 47 da Lei nº 14.634, de 2023).

11.8. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos em lei e neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial.

11.8.1. Com a desconsideração da personalidade jurídica, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada.

11.8.2 Em todos os casos de desconsideração da personalidade jurídica deverão ser observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021 e §1º do art. 55 da Lei nº 14.634, de 2023).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), conforme disciplinado no Regulamento do Estado da Bahia (art. 60 da Lei nº 14.634, de 2023).

11.11. A apuração das infrações administrativas será realizada em processo administrativo sancionatório, com a observância das garantias da ampla defesa e do contraditório, na forma do regulamento, conforme disciplina constante do Regulamento do Estado da Bahia.

11.11.1 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa.

11.11.2 O valor da retenção provisória a que se refere o subitem anterior deste artigo não poderá exceder ao limite máximo estabelecido no §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O Contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência do Contrato ficará prorrogada até a conclusão do objeto hipótese em que, havendo culpa da Contratada, ficará ela constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas.

12.1.2. Poderá a Administração, entretanto, optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. A extinção do contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta ([arts. 138, inciso I, e 139 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#));

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração ([art. 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#));

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial ([art. 138, inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

12.2.2. A alteração social, da finalidade ou da estrutura da empresa Contratada não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato ([art. 137, inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

12.2.2.1. Se a alteração de que trata a subcláusula 12.2.2 implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2.3. O Contrato será extinto caso se constatare que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

12.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) indenizações e multas.

12.4 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, conforme [art. 131 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), observada a Cláusula Sétima deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas para o pagamento do presente Contrato correrão à conta de recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada (art. 92, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

Unidade FIPLAN	Função	Subfunção	Programa	P/A/OE
06.101	03	092	442	4704
Região/planejamento	Natureza da despesa	Destinação do recurso	Tipo de recurso orçamentário	
7800	33.90.39	100	Normal	

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme [art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei Federal 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

16.1. Fica pactuado que os atos de comunicação processual com a Contratada poderão ser realizados por meio eletrônico, na forma do disposto na Lei nº 12.209, de 2011, e do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

16.1.1. A Contratada deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais, conforme Decreto estadual nº 17.983, de 24 de outubro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

17.1 As partes se comprometem a cumprir a [Lei Federal nº 13.709, de 2018](#) (Lei de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), bem como regras e regulamentos que lhe forem aplicáveis e que tenham por objeto os dados pessoais tratados no âmbito do objeto contratado.

17.2 A Contratada deverá utilizar os dados pessoais recebidos em função do objeto do Contrato somente para a finalidade do objeto pactuado, não podendo, em caso algum, utilizar esses dados pessoais para finalidade distinta, sob pena de extinção imediata da contratação.

17.3 A Contratada se obriga a não armazenar, arquivar, reproduzir, transmitir, distribuir, transferir ou de qualquer forma compartilhar os dados pessoais disponibilizados pelo Contratante com terceiros, salvo nas hipóteses legalmente previstas.

17.4 Em caso de incidente de vazamento de dados pessoais, a Contratada deverá enviar comunicação ao Contratante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado a partir da ciência do vazamento, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) data e hora do incidente;
- b) data e hora da ciência pela Contratada;
- c) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente;
- d) relação de titulares afetados pelo incidente;
- e) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para sanar e mitigar o incidente, bem como reparar eventuais danos e evitar novos incidentes.

17.5 O Contratante deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

17.6 A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres desta Cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

17.7 Encerrado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.8 A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações sobre os dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.9 Em caso de descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Cláusula, a Contratada ficará sujeita à integral responsabilização, inclusive por perdas e danos, aplicação das sanções cabíveis e da extinção do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato observará o disposto no art. 147 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.2 Os casos omissos serão dirimidos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), na Lei nº 14.634, de 2023, e demais normas aplicáveis.

18.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato observará o art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e o art. 67 da Lei nº 14.634, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1 As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento que não puderem ser dirimidas por quaisquer dos meios alternativos resolução de controvérsias de que trata a Lei Federal nº 14.133, de 2021.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA.

TESTEMUNHAS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (doc. 00102156358)

ANEXO II - PROPOSTA DA CONTRATADA (doc. 00102156413)

ANEXO III - ATO DE AUTORIZAÇÃO (doc. 00102156515)



Documento assinado eletronicamente por **Robson Santos de Araujo, Diretor Geral**, em 22/11/2024, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Marter Primo, Diretor Técnico**, em 22/11/2024, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bárbara Camardelli Loi, Procurador(a) Geral do Estado**, em 26/11/2024, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Silva do Couto, Testemunha**, em 26/11/2024, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Inês Maria Nascimento Santos, Testemunha**, em 26/11/2024, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00102152496** e o código CRC **7A28423A**.

**ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

A SECRETÁRIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 3º, VI do Decreto Estadual nº 22.885/2024 adjudica o objeto da licitação em favor da (s) vencedora (s) e homologa o resultado da supramencionada licitação - BA. 26/11/2024. ROBERTA SILVA DE CARVALHO SANTANA, Secretária da Saúde do Estado da Bahia.

RESULTADO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2024

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA/HOSPITAL GERAL DO ESTADO DA BAHIA. A Pregoeira da SESAB/HGE, em conformidade com a Lei de regência e disposições do Edital da Licitação, torna público o resultado da licitação acima referenciada. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR - CME, Nº Processo: 019.8083.2024.0065870-59-. Empresas adjudicatárias: 1) FREITASMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA CNPJ Nº: 30.432.356/0001-65. ITEM: 001. VALOR: R\$ 591,84. 2) IS 8 INTERNATIONAL SUPPLIES IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ Nº: 30.597.921/0001-44. ITEM: 003. VALOR: R\$ 106.785,00. 3) PENSOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA CNPJ Nº: 48.993.519/0001-44. ITEM: 007. VALOR: R\$ 29.016,00. 4) SISPACK MEDICAL LTDA CNPJ Nº: 54.565.478/0001-98. ITEM: 006. VALOR: R\$ 219.780,00. 5) VIDA COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA CNPJ Nº: 32.208.383/0001-84. ITENS: 004, 005, 008 e 009. VALOR: R\$ 24.291,60. ITEM REVOGADO: 002. VALOR GLOBAL: R\$ 380.464,44 (trezentos e oitenta mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais, quarenta e quatro centavos). Critério de Julgamento: Menor Preço. Salvador - Bahia, 21/10/2024. Deise Carla Conceição de Almeida - Pregoeira. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. A Secretária da Saúde, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 3º, VI do Decreto Estadual nº 22.885/2024 adjudica o objeto da licitação em favor das vencedoras e homologa o resultado da supramencionada licitação. Salvador - Bahia, 26/11/2024. Roberta Silva de Carvalho Santana - Secretária da Saúde do Estado da Bahia.

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023 - SECRETARIA DO ESTADO DA BAHIA / HOSPITAL GERAL MENANDRO DE FARIA - HGFM

O pregoeiro Oficial da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA, em conformidade com a Lei Estadual nº 9.433/05 e disposições do Edital da Licitação, torna público o resultado da licitação acima referenciada. Objeto: Aquisição de testes de bioquímica com comodato de equipamento para atender as necessidades do laboratório do Hospital Geral Menandro de Faria. Nº BB: 102681. Empresa Adjudicatária: BIOTRADE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA. CNPJ: 02.712.393/0001-91. Lote Único. Valor Total R\$ 486.570,00 (QUATROCENTOS E OITENTA E SEIS MIL E QUINHENTOS E SETENTA REAIS). Critério de Julgamento: Menor Preço Por Lote. Dayvison Santos Alves de Araújo - Pregoeiro Oficial.

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A SECRETÁRIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 34, do Decreto Estadual Nº 19.896/2020, adjudica o objeto contratual em favor da vencedora e homologa o resultado do Pregão Eletrônico Nº 001/2023 para o objeto supramencionado, destinado a SESAB/HGMF. Salvador-BA, 25/11/2024 - Roberta Silva de Carvalho Santana - Secretária da Saúde do Estado da Bahia.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº DG/009/2024-SSP/DG

O Secretário da Segurança Pública, no uso de suas atribuições, declara FRACASSADO o LOTE 2 da licitação em referência, que tem por objeto: Veículo aéreo não tripulado - drone, em razão do valor, de acordo com as informações constantes nos autos do processo Nº 020.18664.2024.0020526-13. Salvador - BA, 26/11/2024. Marcelo Werner Derschum Filho - Secretário da Segurança Pública.

Corpo de Bombeiros Militar da Bahia - CBM/BA

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024 - CRBMO. A PREGOEIRA, em conformidade com a Lei de regência e disposições do Edital da Licitação, torna público o resultado da licitação acima referenciada. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE KIT LANCHE PARA EVENTOS E OPERAÇÕES Nº Processo: 089.17872.2024.0016869-90 Empresa vencedora: SUPERMERCADO SANTA RITA LTDA CNPJ 30.809.804/0001-05 Lote: 01 Valor total: R\$ 32.223,88 (trinta e dois mil duzentos e vinte e três reais e oitenta e oito centavos). Empresa vencedora: SUPERMERCADO SANTA RITA LTDA CNPJ 30.809.804/0001-05 CNPJ 30.809.804/0001-05 Lote: 02 Valor Total: R\$ 42.779,36 (quarenta e dois mil setecentos e setenta e nove reais e trinta e seis centavos) Empresa Vencedora: SUPERMERCADO SANTA RITA LTDA CNPJ 30.809.804/0001-05 Lote: 03 Valor total: R\$ 37.488,14 (trinta e sete mil quatrocentos e oitenta e oito reais e quatorze centavos) Critério de julgamento: Menor preço - BA, 26/11/2024 SANDRA MARIANA DE CASTRO LOPES - SUBTENENTE BM - PREGOEIRA. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA BAHIA, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 3º, VI do Decreto Estadual nº 22.885/2024 adjudica o objeto da licitação em favor da vencedora e homologa o resultado da supramencionada licitação - BA, 26/11/2024. CEL QOBM - ADSON MARCHESINI - Comandante Geral do CBMBA.

RECURSOS

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, IRRIGAÇÃO, PESCA E AQUICULTURA

Bahia Pesca S/A

RESULTADO DO PROCEDIMENTO SIMILAR AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024.

O Diretor Presidente da Bahia Pesca S/A, no uso de suas atribuições, com fulcro no art. 66, §5º, **JULGA IMPROCEDENTE O RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA METALLNFOR**

PUBLICIDADE E PROPAGANDA-LTDA, ao tempo em que declara vencedora a empresa **RG CONFECÇÕES E FARDAMENTOS LTDA**. Salvador/BA, 26 de novembro de 2024. **DANIEL BENÍCIO DOS SANTOS MEIRELLES VICTÓRIA - DIRETOR PRESIDENTE DA BAHIA PESCA S/A.**

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

NOTIFICAÇÃO PARA RESCISÃO CONTRATUAL

A Exma. Sra. SECRETÁRIA, Rowenna dos Santos Brito, vem, pelo presente mandado, promover a NOTIFICAÇÃO da empresa **VICTOR DE CASTRO SANTA ROSA**, CNPJ n.º 52.214.062/0001-08, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente MANIFESTAÇÃO sobre o descumprimento das obrigações consignadas na CLÁUSULA SÉTIMA, II, IV, VI, VIII, X, XIII, XVI e XVII, do Contrato nº 074/2024, especialmente no que concerne à não prestação dos serviços de instalação e remoção de película de proteção em vidraças, contra raios solares, com remoção das já existentes, com descarte de resíduos, com fornecimento de material necessário, de acordo com as especificações do Termo de Referência do instrumento convocatório, cuja inexecução, ocorrida no caso em tela, dá causa a rescisão unilateral do contrato nos moldes dos arts. 166, 167, inciso III, e 168, inciso I, da Lei estadual nº 9.433/05.

Fica advertida, desde já, que a não apresentação de manifestação no prazo legal ou a não aceitação das razões apresentadas para o descumprimento das obrigações acima indicadas ensejará a rescisão unilateral do contrato, com fulcro nos arts. 166, 167, inciso III e 168, inciso I, da Lei estadual nº 9.433/05, conforme citado acima, sem prejuízo da aplicação das penas cabíveis em processo sancionatório.

Pessoalmente ou por seu defensor, poderá a empresa **VICTOR DE CASTRO SANTA ROSA**, CNPJ n.º 52.214.062/0001-08, ter vista dos autos do Processo Administrativo respectivo junto à SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, localizada na 5ª Avenida, nº 550, Centro Administrativo em Salvador/BA.

Salvador, 26 de novembro de 2024

ROWENNA DOS SANTOS BRITO

Secretária Estadual da Educação

SECRETARIA DA SAÚDE

SECRETARIA DA SAUDE DO ESTADO DA BAHIA-SESAB
SUPERINTENDENCIA DE GESTÃO DOS SISTEMAS DE REGULAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE - SUREGS

RESULTADO DO JULGAMENTO DO CREDENCIAMENTO Nº 003/2016

Objeto: Credenciamento de prestadores de serviços relativos à realização de Cirurgias Eletivas, com base na Estratégia do Programa Estadual de ampliação de Acesso às Cirurgias Eletivas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A Comissão Permanente de Credenciamento, constituída pela Portaria Estadual nº 514 de 20 de maio de 2015, publicada no DOE de 21 de maio de 2015 e em conformidade com a Lei Estadual n.º 9.433/2005, Instrução nº. 003/2016, Portaria nº 350 publicada no DOE de 31 de março 2016; Portaria nº 251 publicada no DOE de 11 de março de 2024 e Portaria nº 348 publicada no DOE 22 de março de 2024 e Portaria nº 511 publicada no DOE 13 de junho de 2024. Regulamento específico e disposições do Instrumento Convocatório nº 003/2016, decide declarar habilitada a empresa: **SANTA CASA DE MISERICORDIA - HOSPITAL SÃO FRANCISCO E SÃO VICENTE**, CNPJ: 14.054.605/0001-70, para prestação dos serviços em epígrafe. Comissão de Permanente de Credenciamento - SUREGS. Salvador, 26 de novembro de 2024.

CONTRATOS

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

RESUMO DE CONTRATO

Processo SEI nº 006.0413.2023.0003583-13

Contrato nº PGE 067/2024 - Pregão Eletrônico nº 013/2024

Contratante: ESTADO DA BAHIA/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Contratada: **INDUSTRIA E COMERCIO DONA FLOR LTDA**

Objeto: Contratação de serviços de locação de 09 (nove) máquinas de café expresso e água quente, incluindo manutenção preventiva e corretiva, bem como todos os insumos necessários para a sede da Procuradoria Geral do Estado, no valor global estimado em R\$109.180,80 (cento e nove mil cento e oitenta reais e oitenta centavos). Unidade Orçamentária - 06.101, Fonte - 100, Projeto/Atividade - 2000, Elemento da Despesa - 33.90.39, Prazo: 12 (doze) meses, a partir de 28/11/2024. Setor Responsável pela Gestão Contratual: Coordenação de Serviços Gerais - CSG

Gestor: Geraldo Pereira dos Santos Neto

Fiscal: Luana Oliveira da Silva

RESUMO DE CONTRATO

Processo SEI nº 006.7548.2024.0050154-85

Contrato nº PGE 064/2024 - Dispensa nº 086/2024

Contratante: ESTADO DA BAHIA/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Contratada: **EMPRESA GRAFICA DA BAHIA**

Objeto: Serviços especializados e continuados de Gestão Documental/Digitalização de documentos, contemplando os serviços de coleta, indexação, guarda com fornecimento de caixa, consulta, reposição e digitalização de documentos para a Procuradoria Geral do Estado da Bahia, no valor global estimado de R\$ 3.154.378,68 (três milhões, cento e cinquenta e quatro mil trezentos e setenta e oito reais e sessenta e oito centavos). Unidade Orçamentária - 06.101, Fonte - 100, Projeto/Atividade - 4704, Elemento da Despesa - 33.90.39, Prazo: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura (26/11/2024).

Setor Responsável pela Gestão Contratual: Diretoria Administrativa - DA
Gestora: Jucilene Meneses do Sacramento Bispo
Fiscal: Fabiana Priscilla Senna Ferreira

RESUMO DE ADITIVO CONTRATUAL

Termo Aditivo 02 (Contrato PGE 053/2023)

Processo nº 006.0400.2024.0005022-98

Contratante: ESTADO DA BAHIA/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Contratada: **CRETA COMERCIO E SERVICOS LTDA**

Objeto: Concessão de revisão de preços, consoante o art. 143, II, "d", da Lei nº 9.433/05, conforme Convenção Coletiva 2024/2024, o percentual de variação do "ΔRemuneratório" indicado na Análise Técnica PGE/DA/CC 002/2024 e a data de incidência definida no PARECER SISTÊMICO Nº PA-NLC-LBC-VSN-207/2014, alterando o valor global estimado para R\$ 505.088,28 (quinhentos e cinco mil oitenta e oito reais e vinte e oito centavos), cujas despesas serão atendidas pela Unidade Orçamentária - 06.101, Fonte - 100, Projeto/Atividade - 2000, Elemento de Despesa - 33.90.37, retificadas as cláusulas em desacordo com as modificações ora inseridas e ratificadas as demais.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Fundação de Previdência Complementar do Estado da Bahia - PREVBAHIA

Resumo do Contrato nº 001/2023

Proc. SEI 101.3077.2024.0000553-22 CONTRATANTE: Fund. Prev. Comp. do Estado da Bahia. CONTRATADA: Umbu Digital Consultoria em Marketing LTDA CNPJ: 39.340.779/0001-20. OBJETO: desenvolvimento e Manutenção de site institucional. PRAZO: 12 meses. VALOR GLOBAL ESTIMADO: 34.180,00. ASSINATURA: 18/11/2024. RESPONSÁVEIS: Rômulo Cravo-Diretor Presidente/Polyana Gabas Diretora de Administração

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, IRRIGAÇÃO, PESCA E AQUICULTURA

Bahia Pesca S/A

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 23/2024. Partes: BAHIA PESCA S/A e VALENTYN COMERCIO DE RAÇÕES ANIMAIS LTDA. **OBJETO:** Constitui objeto do presente a contratação a aquisição de ração para peixes e camarão marinho, Lotes 1 e 5, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos termos previstos no Edital de Licitação - **Processo Similar ao Pregão Eletrônico nº 09/2024**, no Termo de Referência e demais documentos integrantes do Processo Administrativo SEI/BA nº 032.4947.2024.0008182-82. **PRAZO:** O prazo de vigência da contratação é de trezentos e sessenta e cinco dias, contados a partir da data de assinatura deste contrato. **VALOR:** R\$ 175.152,00 (cento e setenta e cinco mil, cento e cinquenta e dois reais). **BASE LEGAL:** Lei Federal nº 13.303/2016. Processo SEI BAHIA nº 032.4947.2024.0008182-82.

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 24/2024. Partes: BAHIA PESCA S/A e ANDRASCHKO E ANDRASCHKO LTDA. **OBJETO:** Constitui objeto do presente a contratação a aquisição de ração para peixes e camarão marinho, Lotes 2, 3, 4, 6, 7 e 8, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos termos previstos no Edital de Licitação - **Processo Similar ao Pregão Eletrônico nº 09/2024**, no Termo de Referência e demais documentos integrantes do Processo Administrativo SEI/BA nº 032.4947.2024.0008182-82. **PRAZO:** O prazo de vigência da contratação é de trezentos e sessenta e cinco dias, contados a partir da data de assinatura deste contrato. **VALOR:** R\$ 434.574,00 (quatrocentos e trinta e quatro mil, quinhentos e setenta e quatro reais). **BASE LEGAL:** Lei Federal nº 13.303/2016. Processo SEI BAHIA nº 032.4947.2024.0008182-82.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RESUMO DO CONTRATO Nº 043/2024.

PROCESSO: 093.1757.2024.0004521-40. **MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** Dispensa de Licitação nº 065/2024. **CONTRATANTE:** O Estado da Bahia, através da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social- SEADES. **CONTRATADA:** CENTRO DE ACESSORIA DO ASSURUÁ- CAA. CNPJ: 63.087.001/0001-35. **OBJETO:** Contratação de prestação de serviços de implementação de tecnologias sociais de acesso a água, cisternas de placas de 16 mil litros, visando atender ao consumo humano de famílias residentes na zona rural, de Assentamentos

de Reforma Agrária, Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), em municípios atingidos pela seca ou falta regular de água, na região semiárida do Estado da Bahia, para assegurar o direito humano à alimentação e a segurança alimentar e nutricional. **VALOR GLOBAL:** R\$ 3.632.972,04 (três milhões, seiscentos e trinta e dois mil novecentos e setenta e dois reais e quatro centavos). **PRAZO:** 12 (doze) meses. **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 39.101. **UNIDADE GESTORA:** 0002. **AÇÃO:** 7148. **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.39.000 e 4.4.90.39.000. **REGIÃO:** 5500. **FONTE DO RECURSO:** 1.761.0.128.000000.00.00.00. **REGIME DE EXECUÇÃO/FORMA DE FORNECIMENTO:** Serviço com empreitada por preço global. **DATA DE ASSINATURA:** 21/11/2024. **FABYA DOS REIS SANTOS-** Secretária.

RESUMO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2024 - PROCESSO:

093.1760.2024.0004948-16. **CONTRATANTE:** O Estado da Bahia, através da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES. **CONTRATADA:** CENTRO COMUNITÁRIO NOVA VIDA, CNPJ: 19.393.855/0001-58. **OBJETO:** Implantação de 400 (quatrocentos) Quintais Produtivos de Segurança Alimentar e Nutricional para Agricultores Familiares, prioritariamente com perfil para inserção no CadÚnico - nos Territórios de Identidade do Estado da Bahia, a ser realizado no Território de Identidade Baixo Sul. **VALOR GLOBAL:** R\$ 3.799.968,12 (três milhões setecentos e noventa e nove mil novecentos e sessenta e oito reais e doze centavos); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** UG: 0002; FONTE: 1.500.0.100.000000.00.00.00 e 1.761.0.128.000000.00.00.00; PROJETO/ATIVIDADE: 7169 e DESPESA: 3.3.50.43.000, **PRAZO:** O termo vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura. **BASE LEGAL:** Lei nº 13.019/2014 e Decreto Estadual nº 17.091/201. **ASSINATURA:** 26 de novembro de 2024. **FABYA DOS REIS SANTOS -** Secretária.

RESUMO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2024 - PROCESSO:

093.1760.2024.0004364-50. **CONTRATANTE:** O Estado da Bahia, através da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES. **CONTRATADA:** CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SÓCIO-AMBIENTAL E AGROECOLOGIA - INSTITUTO AGREGAR, CNPJ: 08.170.644/0001-30. **OBJETO:** Implantação de 400 (quatrocentos) Quintais Produtivos de Segurança Alimentar e Nutricional para Agricultores Familiares, prioritariamente com perfil para inserção no CadÚnico - nos Territórios de Identidade do Estado da Bahia, a ser realizado no Território de Identidade Piemonte Norte de Itapicuru. **VALOR GLOBAL:** R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** UG: 0002; FONTE: 1.500.0.100.000000.00.00.00 e 1.761.0.128.000000.00.00.00; PROJETO/ATIVIDADE: 7169 e DESPESA: 3.3.50.43.000, **PRAZO:** O termo vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura. **BASE LEGAL:** Lei nº 13.019/2014 e Decreto Estadual nº 17.091/201. **ASSINATURA:** 26 de novembro de 2024. **FABYA DOS REIS SANTOS -** Secretária.

RESUMO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2024 - PROCESSO:

093.1760.2024.0004950-31. **CONTRATANTE:** O Estado da Bahia, através da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES. **CONTRATADA:** INSTITUTO NORDESTINO CLÁUDIA E ANELISE SENA - INCAS, CNPJ: 24.147.493/0001-55. **OBJETO:** Implantação de 400 (quatrocentos) Quintais Produtivos de Segurança Alimentar e Nutricional para Agricultores Familiares, prioritariamente com perfil para inserção no CadÚnico - nos Territórios de Identidade do Estado da Bahia, a ser realizado no Território de Identidade do Piemonte do Paraguaçu. **VALOR GLOBAL:** R\$ 3.799.943,12 (três milhões setecentos e noventa e nove mil novecentos e quarenta e três reais e doze centavos); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** UG: 0002; FONTE: 1.500.0.100.000000.00.00.00 e 1.761.0.128.000000.00.00.00; PROJETO/ATIVIDADE: 7169 e DESPESA: 3.3.50.43.000, **PRAZO:** O termo vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura. **BASE LEGAL:** Lei nº 13.019/2014 e Decreto Estadual nº 17.091/201. **ASSINATURA:** 26 de novembro de 2024. **FABYA DOS REIS SANTOS -** Secretária.

RESUMO DO CONTRATO Nº 041/2024.

PROCESSO: 093.1757.2024.0004604-10. **MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** Dispensa de Licitação nº 063/2024. **CONTRATANTE:** O Estado da Bahia, através da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social- SEADES. **CONTRATADA:** CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SÓCIO - AMBIENTAL E AGROECOLOGIA (INSTITUTO AGREGAR), CNPJ: 08.170.644/0001-30. **OBJETO:** Contratação de prestação de serviços de implementação de tecnologias sociais de acesso a água, cisternas de placas de 16 mil litros, visando atender ao consumo humano de famílias residentes na zona rural, de Assentamentos de Reforma Agrária, Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), em municípios atingidos pela seca ou falta regular de água, na região semiárida do Estado da Bahia, para assegurar o direito humano à alimentação e a segurança alimentar e nutricional. **VALOR GLOBAL:** R\$ 5.131.104,84 (cinco milhões cento e trinta e um mil cento e quatro reais e oitenta e quatro centavos). **PRAZO:** 12 (doze) meses. **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 39.101. **UNIDADE GESTORA:** 0002. **AÇÃO:** 7148. **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.39.000 e 4.4.90.39.000. **REGIÃO:** 6300 e 7500. **FONTE DO RECURSO:** 1.761.0.128.000000.00.00.00. **REGIME DE EXECUÇÃO/FORMA DE FORNECIMENTO:** Serviço com empreitada por preço global. **DATA DE ASSINATURA:** 26/11/2024. **FABYA DOS REIS SANTOS-** Secretária.

SECRETARIA DE CULTURA

Tornar sem efeito a publicação do 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 009/2021 no DOE de 26/11/2024, visto que a informação foi publicada corretamente em 01/11/2021.

RESUMO DO TERMO DE LIBERAÇÃO DE VALORES PROVISIONADOS E DE CESSÃO DE CRÉDITO DO CONTRATO Nº 009/2021

Partes: Estado da Bahia através da Secretaria de Cultura e a Vigilância e Segurança de Valores Ltda. Objeto: Provisionamento realizado na forma da Lei nº 14.380 de 29 de outubro de 2021, visando o pagamento do décimo terceiro salário dos funcionários vinculados ao Contrato nº 009/2021, para prestação de serviços de suporte operacional de prédios públicos - Serviços